

Acordo PT-PRN vai limitar gastos de Sarney

BRASÍLIA O PRN, o PT e o presidente da Comissão de Orçamento do Congresso, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), selaram ontem um acordo que deve garantir a votação do orçamento de 1990 até o dia 15 deste mês, sem necessidade de o Congresso ser convocado extraordinariamente. O acordo selado pelos partidos consiste em adiar para 15 de março a emissão de recursos para projetos e obras regionais em andamento contidos no orçamento como programas especiais e para obras novas.

Pelo acordo, portanto, o presidente Sarney não poderá dispor desses recursos no início do ano, somente o próximo presidente da República eleito. Foi acrescida ao acordo uma sugestão do relator da Comissão de Orçamento de que as obras só tenham continuidade ou se iniciem se ficar comprovado que

há disponibilidade de caixa do Tesouro.

O deputado Renan Calheiros, líder do PRN, que defendia de início o cancelamento desses programas, ficou satisfeito com o acordo. "Acho que evoluímos para uma boa solução. Agora a votação do orçamento será mantida dentro do prazo." O acordo será comunicado oficialmente em reunião na terça-feira com o colégio de líderes do Congresso.

Eraldo Tinoco lembrou que o próximo presidente poderá rever o orçamento e enviar nova proposta ao Congresso até 31 de julho. O deputado acredita que essa medida é quase inevitável. Os assessores de PT que participaram da reunião

Guido Mantega e Bernard Appy também ficaram satisfeitos com o acordo, mas ainda querem lutar para que não conste no orçamento os programas espe-

ciais e os novos projetos para obras ainda não iniciadas.

Appy acha que o adiamento é uma medida razoável, mas insiste em defender a proposta original do PT, embora admita que será rejeitada pela Comissão de Orçamento. "Nossa última tentativa é defender a proposta em plenário."

O programa especial adiado para março consiste em emendas de parlamentares para dar continuidade a projetos e obras regionais já iniciadas. Os recursos para esses projetos são da ordem de NCz\$ 1 bilhão, oriundos da aplicação de um redutor na forma de indexação do orçamento. Tinoco disse que ainda não há cálculos para saber o número de obras e o montante de recursos que seriam aplicados para o segundo item, de novos projetos. "Só poderemos saber mais sobre os novos projetos junto aos ministérios", concluiu.